



VILAREALSTºANTONIO

-----Assembleia Municipal

## ACTA N. 05/2014

Ao décimo primeiro dia do mês de Agosto do ano de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente **José Carlos Costa Barros, Presidente da Assembleia Municipal, Maria Alexandra Martins do Livramento**, que foi chamado pela mesa da Assembleia para substituir **Maria do Rosário Papafina Proença, Primeira Secretária, Miguel Moreira da Costa, Segundo Secretário**, e os membros eleitos das Bancadas, nomeadamente **António Manuel Cipriano Cabrita, Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança, António José Cardoso Gomes, David Miguel Vasques da Silva, Paulo César dos Santos Sousa, Armando José Parra da Silva, Jorge Manuel dos Santos Pinto, Sandra Cristina Baptista Vasques, Maria da Conceição Freitas Henrique Granado, Luis Miguel Guerreiro Romão, José Roberto Leitão Guerreiro, Manuel da Conceição António, Maria Luisa Santos Currito de Oliveira e Castro, José João Rosa Gonçalves, Ricardo José Madeira Cipriano, Luís Manuel da Rosa Fernandes, Albertina da Piedade Fernandes Madeira, António Filipe Parra Martins, Vanda da Encarnação Matias Fernandes, Luís Manuel Negrão Vargas e José Manuel Modesto Dourado** e conforme Edital de 5 de Agosto de 2014, reuniu em sessão **EXTRAORDINÁRIA**, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.-----

Na **ABERTURA DA SESSÃO** a substituta da 1ª Secretária na mesa procedeu à chamada e confirmaram-se os seguintes pedidos de substituição: pela bancada do PSD **Maria do Rosário Papafina Proença** foi substituída por **António José Cardoso Gomes, Alexandre Hermínio Drago Madeira** substituído por **Sandra Cristina Baptista Vasques e Lara Sofia Vairinhos Rosa** substituída por **Paulo César dos Santos Sousa**, na bancada do PS **Rui João Gutierrez**

**Setúbal** foi substituído por **José João Rosa Gonçalves** e, na bancada da CDU **Margarida Rosa Molarinho B. Simão** foi substituída por **Vanda da Encarnação Matias Fernandes**.----

Verificando-se a presença de todos os membros da Assembleia Municipal, o **Presidente** declarou aberta a sessão. -----

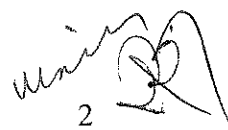
**PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** O **Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento dos assuntos que constam da ordem do dia.-----

Ponto Um: **EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES** - O **Presidente** deu conhecimento da correspondência que foi remetida à **Assembleia Municipal**, documentos cujas cópias foram distribuídas pelas diversas bancadas, a saber: três ofícios enviados pelo Grupo Parlamentar do PCP, o primeiro dando conta de perguntas feitas ao Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia sobre a Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António sobre a contratação de vigilantes da natureza, assistentes técnicos e assistentes operacionais; o segundo a colocar perguntas ao Ministério da Economia sobre as medidas implementadas e a implementar para apoiar a produção do sal marinho e o terceiro dando conta das questões colocadas ao Ministério da Saúde sobre vários constrangimentos relativos ao funcionamento da extensão de saúde de Vila Nova de Cacela; ofício da assembleia Municipal de Aljezur dando conta da moção aprovada por maioria naquela assembleia contra o encerramento de serviços públicos e ofício da Câmara Municipal de Faro dando conta da moção apresentada pelo Vereador da CDU, e aprovada por unanimidade, contra as demolições. Foi proposto pela bancada do PSD um voto de pesar pelo falecimento do vila-realense Manuel Caldeira. Foi feito um minuto de silêncio e o voto ficou registado em Acta e será posteriormente transmitido à família do falecido.-----

Ponto Dois: **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE PARCELA DE TERRENO SITO NA URBANIZAÇÃO CASAS DA AUDIÊNCIA DESTINADA A IMPLEMENTAÇÃO DA ESTAÇÃO ELEVATÓRIA**- Presente a proposta apresentada pelo **Presidente da Câmara Municipal** e aprovada por unanimidade em reunião daquele órgão, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou-a a votação, sendo a mesma aprovada por **UNANIMIDADE**.-----

Ponto Três: **APRECIACÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE VRSA – SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA EM SA**-----

Foi apreciado o relatório em questão. Interveio **Ricardo José Madeira Cipriano** que referiu que a bancada do Partido Socialista considera uma boa prática este documento ser apresentado em Assembleia Municipal. Deixou ainda algumas ressalvas chamando à atenção para aquilo

  
2

que é a certificação do Tribunal de Contas para os ênfases e para as reservas que são apresentadas no relatório.-----

**Luís Manuel da Rosa Fernandes** lembrou que o passivo da SGU aumentou de 2012 para 2013 em nove milhões.-----

**Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança** disse a **Luis Fernandes** que a SGU aumentou o passivo mas aumentou igualmente o capital próprio.-----

**Vanda da Encarnação Matias Fernandes** referiu que a análise deste relatório reforça a convicção dos eleitos da CDU de que a criação da SGU é uma péssima solução para resolver os problemas da população do concelho. E acrescentou: *“Deveríamos ser nós eleitos, e não outros, a decidir sobre o seu futuro, o mais depressa possível. Exemplos não faltam de sociedades como esta que estão a ser forçadas à dissolução e à integração dos serviços nas Câmaras Municipais com o consequente benefício de gestão. O total de gastos da SGU ascendeu de sete para doze milhões de euros de 2012 para 2013”*. Fez alusão a alguns valores apresentados no relatório em causa, apontou críticas aos mesmos e afirmou que para este ano certamente não haverá melhorias.-----

**José Manuel Modesto Dourado** disse subscrever o anteriormente comentado por **Vanda Fernandes** e perguntou a **Carlos Lança** qual o motivo de regozijo ao ter dito que a SGU tinha um capital próprio crescente já que perante o cenário traçado não existem dúvidas de que a SGU é um pesadelo autêntico, que recentemente a imprensa noticiou ser esta a empresa com mais problemas a nível nacional e que as hipotecas são demonstrativas da gravidade da situação.-----

Em resposta às afirmações de **José Manuel Modesto Dourado**, **Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança** afirmou que quando se referiu à situação relatada não foi uma questão de regozijo e que *“apenas penso que quando se diz o que está mal, também se deve dizer o que está bem. O passivo aumentou, mas também aumentou o capital próprio. Parece que neste relatório só existem questões negativas quando não é verdade. Não podemos assumir uma política de bota-abaixo.”*-----

**António Manuel Cipriano Cabrita** referiu que a existência de hipotecas ao banco como contrapartida de empréstimos efetuados não traz nenhum problema sendo uma situação normal à semelhança da forma como a SGU tem avançado no sentido do verdadeiro equilíbrio das contas começando a ser uma empresa auto-suficiente, estando isso bem patente nos números apresentados no relatório. Saudou ainda a forma como **Ricardo Cipriano** se manifestou em relação ao relatório e acrescentou: *“Como economista fico satisfeito com a*

*forma como as contas da SGU caminham. O Millenium BCP nunca iria conceder um empréstimo que não fosse legal". A Vanda Fernandes perguntou o que quis dizer com imparidade e activos tangíveis e intangíveis.*-----

Pediu a palavra **Luís Manuel da Rosa Fernandes** para recordar que relativamente ao Millenium BCP a última escritura que foi feita na Ponta da Areia, foi impugnada imediatamente pela Direcção Geral do Tesouro. Afirmou ainda considerar que à semelhança do BES, o Millenium BCP não é infalível. -----

**Vanda da Encarnação Matias Fernandes** disse não pretender responder às questões levantadas por **António Cabrita**, questões que considera uma provocação, tendo em conta que **António Cabrita** e **Carlos Lança**, enquanto economista e bancário, respetivamente, sabem que há erros que os bancos não devem cometer e que continuam a fazê-lo, e acrescentou *"Nós limitámo-nos a ler o relatório da SGU e falar daquilo que pareceu menos correcto, fazendo a análise das contas da SGU que nos foi pedida e trazendo-a à Assembleia."*-----

Pediu a palavra o **Presidente da Câmara Municipal** para lamentar que algumas pessoas que nem sequer estão contextualizadas com os partidos atentem contra a Câmara Municipal e seu património. No caso do Parque de Campismo disse: *"a interpretação que temos é de que o Estado ficou com o terreno da Câmara Municipal. Nós temos a acta de um foral do século XIX, de 1875, em que a Câmara Municipal cedeu ao Estado por 100 anos, para florestação, toda a mata de Vila Real de Santo António e, mesmo que assim não fosse, no âmbito da elaboração do Plano de Pormenor do Parque de Campismo e como é de lei, há um parcelamento da propriedade em que a Câmara ficou detentora dos lotes, contra a suposta tese da Associação AMA."*-----

A **Vanda Fernandes** respondeu, sobre os comentários proferidos, que por exemplo, os contratos de consumo de água já estavam assinados antes do seu primeiro mandato e que quanto às perdas de água, foi necessário contrair um empréstimo com o Banco Europeu do Investimento para efectuar obras de saneamento básico. Acrescentou que estes créditos significam uma grande parte do endividamento e que estas obras têm como objectivo dar mais qualidade de vida à população de Vila Real de Santo António e tentar reduzir as perdas de água existentes na rede sendo que a esse nível já se verificou uma redução drástica. E concluiu que o município está hoje maioritariamente coberto de redes separativas e que é evidente que tem de haver endividamento para serem executadas obras desta natureza.

-----

Foi lida e entregue declaração de voto por parte da bancada da CDU.-----

Ponto Quatro: **APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DO CARTÃO DE EUROCIDADÃO** - Presente a proposta apresentada pelo **Presidente da Câmara Municipal** e aprovada por **UNANIMIDADE** em reunião daquele órgão, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou-a a votação, sendo a mesma aprovada por **UNANIMIDADE**.-----

Ponto Cinco: **APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ALOJAMENTO LOCAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO** - Presente a proposta apresentada pelo **Presidente da Câmara Municipal** e aprovada por **UNANIMIDADE** em reunião daquele órgão.-----

Registou-se a intervenção de **Ricardo José Madeira Cipriano** que lembrou ter, na última vez que o mesmo assunto veio a votação, perguntado se a nível da AMAL houve alguma uniformização deste tipo de documentos, tendo em conta a sua importância. Referiu que cada município do Algarve regulamentou à sua maneira e existem em concelhos limítrofes do Algarve procedimentos distintos para a mesma situação. E acrescentou: *“Seria bom, como referi anteriormente, e sendo este o momento de proceder às alterações por o documento se encontrar em período de discussão pública, recomendar junto da AMAL a uniformização do regulamento.”*-----

O **Presidente da Câmara Municipal** disse subscrever a preocupação de **Ricardo Cipriano** e informou que em várias ocasiões na AMAL propôs que houvesse uma uniformização de algumas taxas a nível do regulamento e que a Câmara Municipal vai continuar a insistir nesta questão. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação e a mesma foi aprovada por **UNANIMIDADE**.-----

Ponto Seis: **APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DO CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO** - Presente a proposta apresentada pelo **Vereador João Sol Pereira** e aprovada por **UNANIMIDADE** em reunião daquele órgão. Interveio **José Manuel Modesto Dourado** para dizer que este regulamento é de leitura complexa por ser muito técnico mas que isso não invalida que se faça uma leitura e perguntou o porquê do valor das compensações pela não cedência de terrenos ou áreas para criação de espaços verdes públicos e equipamentos de utilização colectiva terem uma redução no valor de 60%. Acrescentou ainda que o argumento do executivo é que se pretende promover e incrementar o desenvolvimento sócio-económico



do concelho mas que o Bloco de Esquerda fica com a sensação que esta medida facilita aos construtores e empreiteiros projectos de urbanização e, ao mesmo tempo, é um incentivo para que os mesmos não executem espaços verdes. Referiu o Art. 29º que fala da obrigação de cedência e o artigo seguinte que refere a ausência de cedência e terminou com a seguinte afirmação: *“A lei prevê isto e não me parece que o executivo tenha algo de positivo nessa medida sendo que 60% me parece excessivo, obtendo a Câmara Municipal menos compensação financeira.”*-----

Interveio o **Presidente da Câmara Municipal** que disse: *“O município faz a redução como forma de harmonizar o valor com o dos concelhos limítrofes. Se for retirada essa redução poder-se-á verificar que em Vila Real de Santo António os valores eram excessivamente caros. A ideia é fazer um valor médio para os municípios de igual dinâmica imobiliária.”*-----

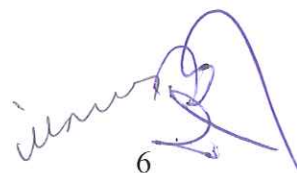
**José Manuel Modesto Dourado** agradeceu os esclarecimentos do Presidente mas disse ter receio que a pretexto da crise do sector da construção se estejam a facilitar futuros projectos urbanísticos e sugeriu que o preâmbulo do regulamento fosse menos técnico e dele constassem, por exemplo, a redução de taxas urbanísticas a quem apresente projectos com medidas de eficiência energética a demonstrar que o município está preocupado com questões ambientais.-----

Pediu a palavra **António Manuel Cipriano Cabrita** que disse: *“O membro do Bloco de Esquerda deverá vir falar de coisas concretas porque, com estas intervenções, parece não querer que se incentive a construção civil e a criação de emprego. O regulamento está feito com base noutros já feitos e acho que estas teorias e estas conversas são da treta. Devemos falar de coisas concretas e não vir aqui dizer que o regulamento está mal feito. Não passe atestados de estúpidos e de parvos a todos os que aqui estão.”*-----

**José Manuel Modesto Dourado** pediu a palavra para dizer. *“Não é a primeira vez que o senhor deputado António Cabrita, sempre que as intervenções não são do seu agrado, passa directamente ao insulto pessoal. Se quiser argumentar é livre de fazê-lo, ninguém tem a razão suprema mas esse tipo de intervenções são anti-democráticas e, já agora, pouco educadas.”*--

O **Presidente da Câmara Municipal** voltou a intervir para dizer que as afirmações de **José Dourado** estão descontextualizadas da prática e dos regulamentos e que qualquer projecto tem de ter a certificação energética, e este, é um regulamento técnico e despido de qualquer pretensão política. -----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por **MAIORIA** com os votos favoráveis do **PSD,PS,CDU** e a abstenção do **BE**.-----



Ponto Sete: **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO** – Presente a proposta apresentada pelo **Presidente da Câmara Municipal** e aprovada por **UNANIMIDADE** em reunião daquele órgão. Não havendo intervenção dos membros da **Assembleia Municipal** o **Presidente** colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade.-----

Ponto Oito: **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA PARA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA E CONSTITUIÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA O PROVIMENTO DE 1 LUGAR DE CHEFIA INTERMÉDIA DE 2.º GRAU:CHEFE DE DIVISÃO DE CULTURA E PATRIMÓNIO HISTÓRICO** - Presente a proposta apresentada pela **Vice-Presidente da Câmara Municipal** e aprovada por maioria com as abstenções dos Vereadores **David Murta** e **Luís Salas**. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação e a mesma foi aprovada por **MAIORIA** com as abstenções dos membros do **Partido Socialista** e do **Bloco de Esquerda**.-----

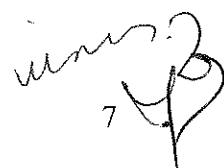
Ponto Nove: **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO RECRUTAMENTO DE PROFESSORES PARA OCUPAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO NO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO NA ÁREA DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR PARA O ANO LETIVO 2014/2015** - Presente a proposta apresentada pela **Vice-Presidente da Câmara Municipal** e aprovada por **UNANIMIDADE** por aquele órgão. Interveio **Maria Luisa Santos Currito de Oliveira e Castro** que perguntou se os professores iriam lecionar seis horas semanais e qual o seu vínculo com a Câmara Municipal.-----

**Vanda da Encarnação Matias Fernandes** perguntou se a provisão destes lugares é por concurso público e se o mesmo já está aberto.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** respondeu a **Luisa Currito** que a autarquia faz, o que nos termos da lei é possível fazer e com o vínculo permitido. A **Vanda Fernandes** disse que este é, evidentemente, um concurso público e que só poderá ser aberto depois de aprovado em Assembleia Municipal.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, sendo a mesma aprovada por **UNANIMIDADE**.-----

Ponto Dez: **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA APROVAÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL – CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE VIAGENS, TRANSPORTES AÉREOS, ALOJAMENTOS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES** -



Presente a proposta apresentada pelo **Presidente da Câmara Municipal** e aprovada por **MAIORIA** em reunião daquele órgão com os votos contra dos **Vereadores David Murta, Luis Salas e José Cruz**. -----

Interveio **Ricardo José Madeira Cipriano** para referir que apesar desta proposta ter anexado o parecer técnico, não traz planeamento de afectação de custos, o que frisou ser importante, tendo em conta que se trata de um valor considerável, sendo esse o argumento que levará a bancada do PS a votar contra.-----

**Vanda da Encarnação Matias Fernandes** perguntou se a lei permite que se faça a associação com a SGU para este protocolo das viagens ou se tem que ser com outros municípios ou com a AMAL. Disse concordar com o que o PS disse quanto ao planeamento das viagens e à necessidade de viajar e que de acordo com a proposta apresentada sabe-se apenas quanto é que a Câmara Municipal e a SGU vão gastar separadamente. Acrescentou ainda que numa época de crise como a atual deve haver alguma contenção.-----

**António Manuel Cipriano Cabrita** referiu que esta é uma boa medida de optimização e racionalização de custos e que por ter sido aprovado este plafond, isso não implica que o mesmo seja gasto na íntegra. Afirmou ainda que o executivo terá o cuidado de utilizar apenas a verba estritamente necessária e que com este tipo de procedimento obtêm-se melhores preços. -----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara Municipal** para referir que o entendimento que os senhores deputados têm relativamente a este ponto não corresponde àquilo que é a sua intenção e acrescentou: *“A pretensão é fazer um concurso para serviços à Câmara Municipal com se faz noutras situações de forma a termos uma bolsa/plafond, negociando preços mais baixos. Em função das necessidades utiliza-se o plafond. Esta é uma forma de reduzir custos”*

**Ricardo José Madeira Cipriano** afirmou perceber parte das explicações mas considera que a autarquia deverá ter um planeamento porque existem certamente eventos que já estão previamente definidos e planeados, apesar de haver outros que poderão ser de última hora, sendo que esta proposta não refere nenhum evento específico referindo-se só genericamente à SGU e genericamente à Câmara Municipal. Disse que, de qualquer forma, concorda com o concurso público pelo facto de ser uma forma de se obter valores mais baixos.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** retomou a palavra para esclarecer que obviamente existe um planeamento por trás deste concurso sendo este um procedimento para a Câmara Municipal no seu todo – funcionários, membros do executivo, etc. – e está dentro da rubrica das despesas.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, sendo a mesma aprovada por **MAIORIA** com os votos contra das bancadas do **PS, CDU e BE**.-----





Ponto Onze: **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO NA FREGUESIA DE VILA NOVA DE CACELA PARA O ANO DE 2014;**-----

Ponto Doze: **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PROTOCOLO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO NA FREGUESIA DE MONTE GORDO PARA O ANO DE 2014;** - Presentes as propostas apresentadas pelo **Presidente da Câmara Municipal** e aprovadas por **UNANIMIDADE** por aquele órgão, o **Presidente da Assembleia Municipal**, de seguida, propôs que os pontos 11 e 12 fossem colocados a discussão em conjunto. Registou-se a intervenção de **Ricardo José Madeira Cipriano** que perguntou se os valores destes protocolos correspondem às necessidades das Juntas de Freguesia face às competências delegadas e às anteriormente atribuídas e o porquê de faltar o protocolo da Junta de Freguesia de Vila Real de Santo António. -----

**Vanda da Encarnação Matias Fernandes** disse pretender saber qual a diferença nestes protocolos e nos dos anos anteriores porque estes, de acordo com a introdução, foram feitos ao abrigo da Lei 75/2013 que não prevê a existência de protocolos entre as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia mas sim a existência de contratos.-----

**António Manuel Cipriano Cabrita** disse: *“Sob pena de me voltarem a chamar anti-democrático, afirmo que a pergunta da bancada do PS é recorrente, feita todos os anos e deve-se deixar os presidentes de Junta responderem.”*-----

O **Presidente da Câmara Municipal** respondeu às questões colocadas referindo que entre um acordo de execução e um protocolo não existem diferenças. Ao deputado do PS disse que a Câmara Municipal está num processo de negociação com cada uma das Juntas de Freguesia e que brevemente a negociação com a Junta de Freguesia de Vila Real de Santo António ficará também concluída. -----

A proposta foi colocada a votação, tendo sendo aprovada por **MAIORIA** com as abstenções da **CDU** e do **BE**. -----

Foi lida e entregue declaração de voto, relativa aos pontos 11 e 12 por parte da bancada da **CDU**.-----

-----  
Passou-se ao Período de intervenção do público, não se registando intervenções.-----

---

E nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou a leitura da minuta da ACTA que, colocada a votação, foi aprovada por UNANIMIDADE. O **Presidente** deu então por encerrada a sessão da **Assembleia Municipal** pelas vinte e três horas e dez minutos.-----

*O Presidente da Assembleia Municipal*

*O Primeiro Secretário*

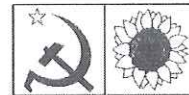
*José Carlos Barros*



*(José Carlos Barros)*

*Maria do Rosário P. Proença*

*(Maria do Rosário P. Proença)*



## **Análise do Relatório de Gestão e Contas de SGU para 2013**

A análise do supracitado relatório reforça a convicção dos eleitos da CDU de que a criação da SGU – Sociedade de Gestão Urbana e as competências que progressivamente esta Assembleia Municipal tem consentido que lhe venham a ser atribuídas, com a nossa oposição, é uma péssima solução para resolver os problemas da população do concelho.

Deveríamos ser nós, eleitos e não outros, a decidir sobre o seu futuro e o mais depressa possível. Exemplos não faltam de sociedades como esta que estão a ser forçadas à dissolução e integração dos serviços nas câmaras municipais, com o consequente benefício de gestão.

O total de gastos da SGU ascendeu de 7,4 milhões de euros em 2012 para 12,3 milhões de euros em 2013 (aproximadamente 500 mil euros em serviços externos, 691 mil euros em perdas por imparidade, 1,9 milhões de euros designados como outros gastos e perdas e 1,2 milhões de euros em gastos e perdas de financiamento).

A receita atingiu os 7,7 milhões de euros com a ajuda de um subsídio de exploração dado à gestão, no valor de 1,564 milhões de euros, e de mais 600 mil euros de rendas pagas pela Câmara Municipal, um subsídio ao investimento de 135 mil euros e o recebimento de 2,062 milhões de juros de mora de quem lhe deve dinheiro, em especial a própria câmara Municipal.

Ou seja, a SGU suga a Câmara Municipal por todos os lados.

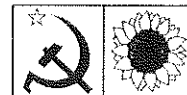
A SGU tinha 143 trabalhadores em 31 de Dezembro de 2013, 105 dos quais com contrato sem termo.

Afere-se pelo relatório que o contrato com as Águas do Algarve obriga a consumos mínimos, ou seja, para além das enormes perdas de água na rede que atingem cerca de 1/3 da água que a SGU paga para venda, ainda tem de pagar a água que os clientes não consomem até chegar aos mínimos acordados. Que todos nós pagamos

As perdas de água — pagas às Águas do Algarve — atingem os 920.186 m<sup>3</sup>, num total de 2.839.226 m<sup>3</sup>, o que constitui cerca de 1/3 do abastecimento. Cerca de 30%

Que medidas vai a SGU adotar para colmatar estes prejuízos?

A SGU diz que no aumento da dívida de clientes se encontra a própria câmara municipal, dívida a mais de 24 meses e que está integrada no PAEL.



A SGU assinala que tem vindo a descer o número clientes no sector não-doméstico. Não será devido à política de aumento de taxas contra as pequenas e microempresas em função dos critérios de cobrança e do aumento para o máximo da tarifa da água?

A SGU tem 112,36 milhões de euros em ativos, um passivo de 66,5 milhões de euros.

O relatório reconhece que, para o ano de 2014 não haverá melhoras.

O resultado líquido apresentado é de 14 mil euros. Mas será assim?

Não estaremos perante um caso de contabilidade criativa?

Perguntamos:

- Sem o subsídio de 1,5 milhões de euros, não seriam mais volumosas perdas?
- Sem as rendas de 691 que a câmara municipal pagas à SGU por prédios ativos que lhe vendeu, não seriam mais volumosas as perdas?
- O que são 45 milhões de ativos em propriedades de investimento?
- Como converter em dinheiro, para pagar dívidas, 20 milhões de ativos intangíveis?
- Como receber em tempo útil 14 milhões de dívidas de clientes entre os quais, com uma verba avultada se encontra a Câmara Municipal?
- O que são 14 milhões de euros em diferimentos.

### ***Atividade do Regulador***

Nos próximos anos os ativos tangíveis vão desvalorizar em duodécimos, cada um com o seu prazo, de 1 a 50 anos.

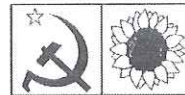
O que é classificado como fixo tangível está ainda em fase de construção.

Quando estiverem concluídos terão diferente valor, em função do destino que a gestão lhes der e pode ser para menos.

As propriedades de investimento não entram na produção da SGU, estão em fase especulativa, e dependem de futuros valores de capital ou renda.

A antiga CIDADEMAR está capitalizada como terreno, dado que o edifício se encontra em ruínas.





ulam.

13

Os ativos intangíveis são o direito de superfície do Complexo Desportivo Municipal, por 10,483 milhões de euros e a gestão de exploração de águas e saneamento pelo prazo de 50 anos no valor de 12,1 milhões de euros.

É de salientar que o Parque de Campismo de Monte Gordo, no valor de 38 milhões de euros e a Casa da Câmara no valor de 4 milhões de euros foram dados como garantia de um empréstimo a um mesmo banco 34 milhões de euros

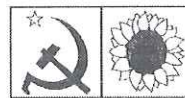
Os membros da Assembleia Municipal

Luís Manuel  
Albino  
Carlos Manuel



CDU – Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



## DECLARAÇÃO DE VOTO

A Câmara apresenta um protocolo com as juntas de freguesia de Monte gordo e Cacela no qual refere o cumprimento da lei 75/2013 no que concerne á transferência de competências do município para as freguesias.

Acontece que esta lei refere no seu artigo 133º que estas entidades deverão fazer acordos de execução consubstanciados em contratos e não em meros protocolos.

A execução de esses acordos deveriam ter lugar como estipula o “Artigo 133.º da lei, no prazo de 180 dias após a respetiva instalação, e prevê expressamente que os mesmos devem consubstanciar os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício das competências delegadas.

O período de vigência do acordo de execução coincide com a duração do mandato do órgão deliberativo do município, salvo casos excecionais, devidamente fundamentados. No protocolo agora apresentado tem a duração de um ano

A delegação de competências concretiza-se através da celebração de contratos interadministrativos, sob pena de nulidade de acordo com o Artº 120 da lei 75/2013

Até à entrada em vigor do acordo de execução, as competências previstas no artigo 132.º são exercidas pela câmara municipal.

O acordo de execução considera-se renovado após a instalação do órgão deliberativo do município, não determinando a mudança dos titulares dos órgãos do município e da freguesia a sua caducidade, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

O acordo de execução não é suscetível de revogação.

Conclui-se portanto que o que aqui é apresentado e que refere no seu preâmbulo, que é de acordo com a lei 75 de 2013, não é mais do que um protocolo como se tem feito nos anos anteriores com as Freguesias, sem ter em conta os pressupostos da lei no que concerne aos recursos humanos patrimoniais e financeiros necessários à delegação de algumas competências pois de acordo com este protocolo estas competências vão ser executadas em conjunto com o município em que este “oferece” alguns meios de acordo com um rateio efetuado no mesmo!!!. Por isso ~~votamos contra.~~

~~ABSTEMO-NOS~~

Os membros da Assembleia Municipal

